

Editorial Fascículo - Janeiro/Abril de 2024

Inicialmente, ao assumirmos nossa primeira edição como editores da Revista CGG, após três anos de gestão do periódico pelos professores Rodrigo de Souza Gonçalves e Andréa de Oliveira Gonçalves, queremos externar nosso compromisso perante a comunidade acadêmica de manter os ideais que fizeram surgir nossa revista, inicialmente como Revista UnB Contábil, em 1998 (portanto, há vinte e seis anos).

Queremos também aproveitar a oportunidade de comunicar a vinda da prof. Sirlei Lemes, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como nossa nova representante do Conselho de Política Editorial. A profa. Sirlei possui larga experiência acadêmica, incluindo sua atuação como principal coordenadora de seminários conjuntos de pesquisa desenvolvidos pela UFU em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade de Blumenau (FURB), há mais de cinco anos. À prof. Sirlei, aproveitamos para desejar nossos votos de boas-vindas e de sucesso nesta sua nova função. Aos demais membros do Conselho, agradecemos a confiança depositada.

Não poderíamos deixar de agradecer a importante contribuição proporcionada pelos profs. Rodrigo e Andréa, editores que nos antecederam, pela doação ao periódico, notadamente no período da pandemia e pós-pandemia, onde as atividades de pesquisa foram fortemente impactadas com a paralisação e até extinção de alguns programas de pós-graduação, gerando reflexos na docência, pesquisa e orientação, os principais pilares da pós-graduação. Lembramos que nesse período as submissões tiveram queda vertiginosa no curso normal das publicações

em periódicos, em termos globais e no Brasil. Ao referirmos à produção científica, temos observado que nos últimos dois a três anos, a produção intelectual de docentes e discentes ainda continua sendo afetada com redução média de 20%, segundo dados do SUCUPIRA.

Nesta primeira edição de 2024, destacamos primeiramente, o artigo **“Desvendando Estratégias de Comunicação Empresarial: Legibilidade, Gerenciamento de Resultados e Impressão”**, de Pain, Vendruscolo, Bianchi, Rigoni e Maria, onde os autores analisam estratégias de manipulação da legibilidade e seu impacto na percepção dos leitores. Com a utilização de uma abordagem empírica e aplicação de métodos quantitativos, os resultados demonstram que tais práticas são utilizadas para influenciar a percepção dos usuários.

O segundo artigo, **“O Efeito da Maldição do Vencedor nas Contratações Públicas da Auditoria Independente”**, de Silva, Silva e Machado, analisou 73 contratações de auditores independentes via pregão eletrônico de empresas estatais entre 2010 e 2020, com vistas a investigar o efeito da maldição do vencedor nas contratações públicas da auditoria independente. Os autores concluíram que os resultados se encontram em linha com a base teórica da Teoria de Leilões, no qual o grau de competitividade é fator determinante para os lances.

No terceiro artigo, intitulado **“Articulando Perspectivas Teóricas e Metodológicas Aplicáveis a Resiliência Financeira Governamental (RFG)”** de Batista, Cruz, Ohayon, Santos e Bartoluzzio, os autores buscaram a aderência teórica da RFG e a Teoria da Gestão de Cortes, dos Sistemas Abertos e da Complexidade. O estudo identificou disparidades e similaridades e sugere a necessidade de ampliar os debates, buscar novas possibilidades dialógicas entre as teorias e a estrutura conceitual em questão.

No quarto artigo “**Relação entre Governança em Universidades Públicas Federais e Variáveis Socioeconômicas a partir de Regressão com Dados em Painel sob a Perspectiva da Modelagem Hierárquica com Medidas Repetidas**”, de Viotto e Nascimento, os autores analisam se o nível de governança nas IES federais é capaz de sofrer influência de variáveis socioeconômicas dos ambientes nos quais estão inseridos. A pesquisa revelou fraca correlação entre o Índice de Gestão de Governança e suas variáveis independentes selecionadas, mas forte correlação com a quantidade de anos dos levantamentos.

Finalmente, no quinto artigo denominado “**Desvendando a Influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Estados brasileiros: Inferências quanto a Sustentabilidade do Endividamento, a Eficiência do Gasto com Pessoal e a Gestão Fiscal Responsável**”, de Arraes e Matias-Pereira, os autores destacam a importância da LRF como ferramenta efetiva da gestão fiscal responsável e sua influência no aprimoramento de políticas públicas governamentais.

Finalmente, destacamos que estamos no último ano do quadriênio 2021/2024 e novos desafios podem surgir com novas diretrizes a serem implementadas pela CAPES para o próximo quadriênio.

Boa leitura a todos!

Os novos editores, a partir de 2024,

Jorge Katsumi Niyama

Jomar Miranda Rodrigues